



**MUNICÍPIO DE MORTÁGUA**  
**EDITAL**

**ENG<sup>o</sup>. JOSÉ JÚLIO HENRIQUES NORTE, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA**

**TORNA PÚBLICO:**

**1-**Que por deliberação de Câmara de 18 de julho 2018 vai-se proceder, através de hasta pública, à concessão de exploração de Bar e esplanada, sito na Praça de 5 de Outubro, nesta Vila de Mortágua

**2-** As propostas deverão ser elaboradas nos termos dos n<sup>os</sup> 9 e 10 do regulamento da hasta pública e deverão dar entrada nos serviços até às 16,00 h do dia 24 de outubro de 2017.

**3-** O preço base será de 150,00€ mensais

**4-** A praça pública funcionará nos termos dos artigos 13<sup>o</sup> a 23<sup>o</sup> do regulamento da hasta pública

**5-**O ato público da hasta pública realizar-se-á pelas 10,00 horas do dia 26 de outubro de 2018

**6-** Local e horário de consulta do processo:

Os elementos dos prédios a alienar e descritos no número anterior n<sup>o</sup>. 1, bem assim como o caderno de encargos e o regulamento da Hasta Pública, podem ser examinados, pelos interessados, até ao último dia da data fixada para o envio das propostas, no horário de expediente normal da Câmara Municipal, na Divisão Administração Geral e Finanças (das 9 às 12,30 horas e das 14 às 16,30 horas), ou através do portal do município de Mortágua, [www.cm-mortagua.pt](http://www.cm-mortagua.pt)

Mortágua, 01 de Outubro de 2018

O Presidente da Câmara

*José Júlio Henriques Norte*



## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Artigo 1.º**

##### **Âmbito e legislação habilitante**

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º, e da alínea ee) do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e destina-se a definir o procedimento de hasta pública para adjudicação da cessão da exploração do estabelecimento de bar, com esplanada, a seguir abreviadamente referido como “Estabelecimento”, devidamente apetrechado de bens móveis e equipamentos sito na Praça 5 de Outubro, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, concelho de Mortágua

#### **Artigo 2.º**

##### **Entidade adjudicante**

A entidade adjudicante é o Município de Mortágua, com sede na Rua Dr. João Lopes de Moraes 3450-153 Mortágua.

#### **Artigo 3.º**

##### **Objeto**

O estabelecimento objeto do presente, encontra-se devidamente apetrechado de bens móveis e equipamentos e está implantado Praça 5 de Outubro na União de Freguesias de Mortágua, Vale



de Remígio, Cortegaça e Almaça, concelho de Mortágua, cuja composição consta, em detalhe, das condições técnicas que compõem o Anexo 1 ao caderno de encargos.

#### **Artigo 4.º**

##### **Forma de adjudicação**

A cessão da exploração do Estabelecimento será efetuada através do procedimento de hasta pública, a definir nos termos do presente Regulamento, sendo que as propostas de aquisição deverão ser efetuadas em carta fechada.

#### **Artigo 5.º**

##### **Proponentes**

1- Podem apresentar propostas de aquisição do direito de arrendamento quaisquer pessoas singulares ou coletivas que reúnam os requisitos exigidos no presente Regulamento.

2- É obrigatória a presença no ato da hasta pública do(s) proponente(s) ou de seu(s) representante(s) devidamente mandatado(s) para o efeito, através de procuração, sob pena de exclusão da proposta.

#### **Artigo 6.º**

##### **Valor base de licitação**

O valor base do presente procedimento será de 150,00€ mensais

#### **Artigo 7.º**

##### **Critério de adjudicação**



O critério de adjudicação para a cessão de exploração do Estabelecimento é o da licitação pelo valor mais elevado.

## **Artigo 8.º**

### **Inspeção ao local**

1 – O Estabelecimento, objeto do presente, pode ser inspecionado por qualquer interessado até ao penúltimo dia anterior à realização da hasta pública, desde que o requeiram por escrito ao Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, com antecedência de, pelo menos, dois dias úteis.

2 – O horário para inspeção/visita do Estabelecimento, decorre em dias uteis das 09:30h às 12:30h e das 14:00h às 17:00 horas.

## **Artigo 9.º**

### **Propostas**

1 – As propostas devem indicar um valor para a arrematação da concessão da exploração do Estabelecimento, **igual ou superior ao valor base estabelecido no artigo 6º**, devendo o valor ser indicado por extenso e por algarismos, sendo que, em caso de divergência, prevalece o valor expresso por extenso.

2 – As propostas, bem assim como os documentos que acompanham deverão ser apresentadas em sobrescrito opaco e fechado, identificando-se no exterior do mesmo a expressão “PROPOSTA”, com indicação do proponente, respetivo endereço, e a designação *«Hasta Pública para adjudicação da cessão de exploração do estabelecimento de bar, com esplanada, sito na Praça 5 de Outubro, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, concelho de Mortágua .»*



3 - As propostas devem ser redigidas em língua portuguesa, e ser assinadas pelos proponentes ou seus representantes legais.

4 - Os proponentes poderão utilizar a minuta de proposta constante do **Anexo I** ao presente Regulamento e que dele faz parte integrante.

5- As propostas serão listadas e ordenadas por ordem de entrega nos serviços.

### **Artigo 10.º**

#### **Documentos que acompanham as propostas**

As propostas deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) fotocópia do cartão de identificação fiscal ou fotocópia do bilhete de identidade ou cartão de cidadão do proponente, se pessoa singular nacional; de documento de identificação equivalente, se pessoa singular estrangeira; de fotocópia do cartão de identificação fiscal e certidão atualizada da Conservatória do Registo Comercial ou código de acesso à certidão permanente, se pessoa coletiva nacional, ou documento equivalente, se pessoa coletiva estrangeira.
- b) Anexo I do Código dos Contratos Públicos, conforme modelo anexo II ao presente Regulamento

### **Artigo 11.º**

#### **Prazo para entrega das propostas**



1 - As propostas podem ser entregues pessoalmente no Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, de 2.ª a 6.ª feira, das 9.00h às 12.30h e das 14.00 às 17.30h, contra recibo, ou remetidas pelo correio sob registo com aviso de receção, para o Município de Mortágua, Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara Municipal, Rua Dr. João Lopes de Moraes 3450-153 Mortágua, com a indicação expressa de que se reportam ao procedimento de *"Hasta Publica para adjudicação da cessão de exploração de bar, com esplanada, sito na Praça 5 de Outubro, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, concelho de Mortágua"*.

2- O prazo limite de receção das propostas é às **16,30 horas do dia 24 de outubro de 2018**.

3 – Se o envio das propostas for efetuado por correio, os interessados serão os únicos responsáveis pelos atrasos que porventura se verifiquem quanto à entrada das mesmas nos competentes serviços, não podendo apresentar qualquer reclamação na hipótese da entrada dos documentos se verificar já depois de esgotado o prazo de entrega das propostas referido no número 2.

## **Artigo 12.º**

### **Exclusão das propostas**

Serão excluídas as propostas que:

- a) Não contenham os documentos exigidos nos termos do artigo 10.º;
- b) Sejam apresentadas com variantes;
- c) Não respeitem as normas do presente regulamento.
- d) Sejam apresentadas fora do prazo previsto no artigo 11.º, 2 do presente.



f) Que apresentem um valor inferior ao preço base estabelecido no presente regulamento.

## **CAPÍTULO II**

### **PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA**

#### **Artigo 13.º**

##### **Realização da hasta pública**

O ato de hasta pública realizar-se-á no dia **26 de outubro de 2018, pelas 10 horas**, no Edifício da Câmara Municipal, sito Rua Dr. João Lopes de Moraes 3450-153 Mortágua.

#### **Artigo 14.º**

##### **Comissão**

1 - A comissão da hasta pública é composta por um presidente, dois vogais efetivos e dois vogais suplentes, sendo nomeada pelo Executivo Municipal.

2 – A comissão da hasta pública, por razões de funcionalidade, poderá ser apoiada por colaborador do Município de Mortágua.

#### **Artigo 15.º**

##### **Competências da Comissão da Hasta Pública**

São competências da comissão da hasta pública:

- a) Dirigir os trabalhos da hasta pública;
- b) Elaborar a lista dos proponentes admitidos e excluídos;



- c) Apreciar e decidir as reclamações apresentadas contra a lista dos proponentes admitidos e excluídos.
- d) Elaborar a lista dos licitantes ordenados por ordem decrescente dos valores oferecidos;
- e) Adjudicar provisoriamente o direito de cessão de exploração do Estabelecimento;
- f) Elaborar o competente auto de arrematação provisório;
- g) Lavrar a ata da hasta pública.
- h) Propor à Câmara Municipal de Mortágua a adjudicação da cessão de exploração do Estabelecimento a quem tenha oferecido o preço mais elevado.

### **Artigo 16.º**

#### **Praça**

- 1 – A praça inicia-se quando o presidente da comissão declarar aberto o ato de hasta pública.
- 2 – Iniciada a hasta pública proceder-se-á à abertura das propostas recebidas e à elaboração da lista dos proponentes admitidos e excluídos.
- 3- No ato da licitação, cada licitante terá de declarar a qualidade em que intervém e exibir documento comprovativo da sua identificação.
- 4 — Sendo a licitação efetuada em representação de outrem terá de ser exibido documento comprovativo de lhe terem sido conferidos tais poderes, passado pelo representado ou outro a legitimar a sua intervenção, no caso de o licitante ser uma pessoa coletiva.





5 - Em ato contínuo, proceder-se-á a licitação a partir da proposta mais elevada, ou elevadas no caso de propostas de igual valor

6 – As ofertas de licitação serão aceites em lanços múltiplos de € 30,00 (trinta euros), a partir do valor da proposta mais elevada ou, se não existirem propostas válidas, a partir do valor base de licitação anunciado.

7 – A licitação termina quando o presidente da comissão da hasta pública tiver proposto por três vezes o lanço mais elevado e este não for coberto.

8 - Terminada a licitação, a Comissão adjudica provisoriamente a cessão de exploração do estabelecimento a quem tenha oferecido o preço mais elevado, que deverá efetuar de imediato o pagamento correspondente a duas retribuições mensais, como o caução nos termos da clausula 29ª do caderno de encargos

9- No final da praça é elaborado o respetivo auto de arrematação, que deve ser assinado pelos membros da comissão e pelo adjudicatário provisório.

10 – Caso o adjudicatário provisório não efetue o pagamento anteriormente referido ou apresente a sua desistência na hasta pública, a comissão da hasta pública procederá à adjudicação provisória do direito de cessão de exploração a quem tenha oferecido o lanço de montante imediatamente inferior e assim sucessivamente, até que não restem mais licitantes.

### **Artigo 17.º**

#### **Idoneidade do adjudicatário provisório**

O adjudicatário provisório deve comprovar a regularização da situação tributária e contributiva no prazo máximo de 10 dias úteis a contar da data da adjudicação provisória.



## **Artigo 18.º**

### **Decisão de adjudicação**

1 - Compete à Câmara Municipal de Mortágua, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º, e da alínea ee) do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro deliberar, sob proposta da Comissão da hasta pública, a adjudicação da cessão de exploração do Estabelecimento, a quem tenha oferecido o preço mais elevado;

2 - A deliberação a que se refere o número anterior deverá ser comunicada a todos os participantes, mediante carta registada com aviso de receção, e publicitada no Portal do Município de Mortágua, em [www.cm-mortagua.pt](http://www.cm-mortagua.pt).

## **Artigo 19.º**

### **Reclamações**

1 - Das decisões de adjudicação cabe reclamação escrita para a entidade adjudicante, a interpor no prazo de cinco dias úteis contados da data de publicitação das mesmas.

2 - Das decisões das reclamações serão os reclamantes notificados, por carta registada com aviso de receção.

## **Artigo 22.º**

### **Não adjudicação**

1 — Não há lugar a adjudicação, provisória e definitiva, designadamente, quando se verifique:



- a) A prestação de falsas declarações;
- b) A falsificação de documentos;
- c) Fundado indício de conluio entre os proponentes;
- d) A não comprovação da situação tributária e contributiva regularizada, por motivo imputável ao adjudicatário provisório, implica a não adjudicação definitiva da cessão de exploração.

2 — No caso de a cessão de exploração já ter sido adjudicada definitivamente e se apurar que o adjudicatário prestou falsas declarações ou apresentou documentos falsificados, há lugar à anulação da adjudicação, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

3 — Em caso de anulação da adjudicação ou de não adjudicação por causa imputável ao interessado, pode a cessão de exploração ser adjudicada ao interessado que tenha apresentado a proposta ou o lance imediatamente inferior ao valor de arrematação, exceto no caso de conluio.

### **Artigo 23.º**

#### **Praça deserta**

Quando a praça da hasta pública tenha ficado deserta ou não haja lugar a adjudicação definitiva, a Câmara Municipal de Mortágua pode voltar a colocar a cessão de exploração do Estabelecimento em hasta pública, observando-se o previsto no presente Regulamento.

## **CAPÍTULO III**

### **Disponibilização das peças do procedimento**



## **Artigo 24.º**

### **Consulta do Regulamento**

Este Regulamento pode ser consultado no Portal do Município de Mortágua em [www.cm-mortagua.pt](http://www.cm-mortagua.pt) ou no Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, sito na Rua Dr. João Lopes de Moraes 3450-153 Mortágua, de 2.ª a 6.ª feira, das 9:00h à 12:30h e das 14:00h às 17:30h.

## **Artigo 25.º**

### **Publicidade**

1 - A hasta pública é publicitada por anúncio publicado em jornal local, jornal regional e, ainda, através de Edital a afixar nos lugares de estilo e no sítio institucional do Município de Mortágua em [www.cm-mortagua.pt](http://www.cm-mortagua.pt).

2 - O anúncio a que se refere o número anterior deverá conter os seguintes elementos:

- a) Identificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mortágua que determinou a abertura do procedimento de hasta pública;
- b) Identificação e localização do Estabelecimento;
- c) Local, data e hora da praça;
- d) Valor base de licitação;
- e) Critério de adjudicação;
- f) Modo de pagamento;
- g) Outros elementos considerados relevantes.



## **CAPITULO IV**

### **Disposições finais**

#### **Artigo 26.º**

##### **Contagem de Prazos**

Para os efeitos previstos neste regulamento, quando fixado em dias, os prazos contam-se de acordo com o do Código do Procedimento Administrativo.

#### **Artigo 27.º**

##### **Anexos ao Regulamento**

Faz parte integrante do presente Regulamento os seguintes anexos:

- Anexo I – Modelo da Proposta a que se refere o n.º 4 do artigo 9.º do Regulamento;
- Anexo II – modelo do anexo I do CCP

O presente regulamento foi aprovado em reunião da Câmara Municipal de Mortágua em 18 de Julho 2018

Mortágua , 01 de outubro 2018

*O Presidente da Câmara*

*José Júlio Henriques Norte)*



## ANEXO I

### MODELO DA PROPOSTA

Exm<sup>o</sup>. Senhor  
Presidente da Comissão da Hasta Pública  
Câmara Municipal de Mortágua  
Praça do Município  
3450-153 Mortágua

\_\_\_\_\_ ( indicar: nome, estado civil; profissão, morada e número de contribuinte ou Firma ou sede), depois de ter tomado inteiro conhecimento do caderno de encargos e do regulamento da hasta pública para a adjudicação do direito pela exploração do Bar da praça 5 de outubro, sito na Vila de Mortágua, obriga-se ao seu cumprimento, oferecendo pelo mesmo a quantia mensal de \_\_\_\_\_ € ( por extenso e por algarismos).

Data

\_\_\_/\_\_\_/2018

Assinatura

Nota: O valor a oferecer deve ser igual ou superior à base estabelecida ( 150,00€ mensais)



## ANEXO II

### Modelo de declaração

(anexo I do CCP)

(a que se refere a alínea a) nº.1 do Art.º 57.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro)

- 1 - \_\_\_\_\_, (indicar o nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de(1) \_\_\_\_\_, indicar a firma, número de identificação fiscal e sede), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de \_\_\_\_\_ (indicar a designação do procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
  - a) .....
  - b) .....
- 3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.
- 5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado



para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

- 6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55º do referido Código.
- 7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Assinatura (4)

\_\_\_\_\_.

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas  
(2) No caso do concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”  
(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b),c) e d) do nº1 e nos nºs 2 e3 do artigo 57º  
(4) Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57º.





---

### **Cessão de exploração do bar e esplanada**

**- Praça 5 de Outubro, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e  
Almaça, concelho de Mortágua-**

### **CADERNO DE ENCARGOS**

#### **Cláusula 1ª**

##### **Objeto**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento de hasta pública que tem por objecto a cessão de exploração do estabelecimento de bar, com esplanada, a seguir abreviadamente referido como Estabelecimento, devidamente apetrechado de bens móveis e equipamentos sito na Praça 5 de Outubro, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, concelho de Mortágua cuja localização, área e composição consta, em detalhe, das Condições Técnicas em anexo a este caderno de encargos (Anexo 1).

#### **Cláusula 2ª**

##### **Objetivo do contrato**

- 1) O contrato a celebrar tem como objetivo a atribuição do direito de exploração e utilização dos seguintes bens móveis e imóveis, integrados na Praça 5 de Outubro:



- 
- a) Bar / Esplanada, cujas áreas estão identificadas no Anexo I ao presente caderno de encargos.
- b) Todos os bens móveis e equipamentos, identificados no Anexo II ao presente caderno de encargos.
- 2) O presente contrato prevê ainda uma componente de divulgação informativa, institucional e cultural, constituindo-se o cessionário na obrigação de reservar um espaço no interior do Estabelecimento, numa área correspondente a \_\_\_ m2 identificada no Anexo II, para acomodar os formatos de divulgação informativa, institucional e cultural, cuja colocação e gestão de conteúdos fica alocada ao Município.
- 3) O objeto do presente contrato engloba, ainda, a atribuição do direito de utilização por parte do cessionário e dos utentes dos espaços e infra-estruturas de utilização pública, localizados na Praça 5 de Outubro, nomeadamente os WC públicos identificados no Anexo I.
- 4) O cessionário, no âmbito da dinamização do espaço bar/esplanada, poderá utilizar espaços não incluídos no espaço cedido, e identificado no Anexo 1, mediante prévia autorização expressa do Município, sem que com isso lhe seja conferido qualquer direito de utilização privativa dos mesmos.
- 5) Nas situações previstas no número 4) o cessionário constitui-se na obrigação de manutenção, conservação, limpeza e vigilância dos referidos espaços utilizados.

### **Cláusula 3ª**

#### **Contrato**

- 1- O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:



- 
- a) os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) o presente Caderno de Encargos;
  - d) a proposta adjudicada;
  - e) os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

#### **Clausula 4.ª**

##### **Execução do contrato**

Na execução do contrato observar-se-ão:

- a) As cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
- b) O Código do Contratos Públicos e a restante legislação aplicável com ele conexas ou complementar;
- c) A legislação aplicável ao desenvolvimento da actividade objecto do contrato.

#### **Artigo 5.º**

##### **Celebração do contrato de cessão de exploração**



---

1 – A atribuição da cessão de exploração do Estabelecimento objeto do presente é formalizada através de contrato escrito, cuja outorga deve ser efetuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis subsequentes às notificações ao adjudicatário da decisão de adjudicação a que se refere o artigo 18.º do Regulamento da hasta pública

2 – Se, devidamente notificado para a outorga do contrato, o adjudicatário não comparecer nem se fizer representar, o valor correspondente a duas retribuições mensais por este pago no dia da licitação, reverte imediatamente para o Município de Mortágua.

3 - A não celebração do contrato referido nos números anteriores, por qualquer facto que de alguma forma possa ser imputável ao adjudicatário, implica a perda do montante já pago e dos direitos que advenham da deliberação da adjudicação em especial e caducidade do direito de explorar o Estabelecimento.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Prazo do contrato**

A cessão de exploração terá o prazo de dois anos com início na data da redução do contrato a escrito, com a possibilidade de renovação por períodos iguais e sucessivos, caso o cessionário preste um serviço de qualidade e cumpra todas as obrigações decorrentes do contrato de cessão de exploração.

#### **Clausula 7.ª**

##### **Horário de Funcionamento**

1.O Estabelecimento estará aberto ao público durante todo o ano, diariamente, das 09:00h. às 22:00h., no período de inverno, compreendido entre o dia 22/12 e o dia 21/06; e das 09:00 à 01:00h no período de verão, compreendido entre o dia 22/06 e o dia 20/06, com possibilidade



---

de alargamento do horário de encerramento em situações pontuais e devidamente fundamentadas e mediante autorização prévia do Município de Mortágua.

2. O estabelecimento poderá encerrar um dia por semana.

2. Durante o período em que decorra a Festa da Juventude/Feira das associações, o estabelecimento deverá encerrar às 20:00h, devendo o espaço de esplanada ser integralmente desocupado.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Obrigações principais do Município**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Município de Mortágua as seguintes obrigações principais:

- a) Entregar ao cessionário o Estabelecimento devidamente apto a funcionar e aprovisionado com os equipamentos e bens móveis necessários ao pleno funcionamento, descritos no Anexo 1;
- b) Entregar o Estabelecimento dotado da respetiva licença de utilização.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Obrigações principais do cessionário**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cessionário as seguintes obrigações principais:

- a) Obter todas as licenças, certificações e autorizações necessárias às atividade integradas na cessão.



- 
- b) Averbar a sua identificação à licença de utilização previamente emitida em nome do Município de Mortágua.
- c) Celebrar os contratos de fornecimento de água, saneamento, remoção de Resíduos Sólidos Urbanos, controlo de pragas, electricidade, gás, telecomunicações fixas e móveis, e outros conexos e necessários ao exercício da actividade, e assegurar todas as despesas inerentes;
- d) Dar início à exploração da atividade no prazo máximo de 30 dias após a outorga do contrato
- e) Assegurar a gestão do estabelecimento e garantir o funcionamento do mesmo ininterruptamente durante todo o ano, exceptuando a semana em que decorre a festa da juventude/feira das Associações;
- f) constituir-se fiel depositário dos bens pertencentes ao Município, discriminados no Inventário constante do Anexo 1, obrigando-se a zelar pela sua guarda, pela conservação e correta utilização e manuseamento, bem como a estabelecer os meios de controlo adequados para o efeito.
- g) realizar as obras de conservação de que o estabelecimento careça no interior e no exterior, designadamente fachadas, caixilharia e telhado, de modo a garantir uma normal utilização do edifício e um cuidado estético compatível com a zona em que o mesmo se encontra, desde que previamente autorizadas pelo Município;
- h) Manter o estabelecimento em perfeitas condições de higiene, limpeza e arrumação e adequado ao fim a que se destina;
- i) Manter o espaço da esplanada e espaço circundante do edifício em perfeitas condições de higiene, limpeza e arrumação e a segurança do espaço da exploração, e do espaço anexo;
- j) Manter a limpeza dos WC identificados no Anexo 1, aos sábados e domingos.
- k) Respeitar a zona de armazenagem prevista no Anexo 1, e abster-se de depositar materiais e mercadorias no exterior do estabelecimento;



- 
- l) Adquirir os equipamentos e bens necessários ao funcionamento e melhoramento do Estabelecimento, nomeadamente aqueles que procedam de decisão exclusiva do adjudicatário;
- m) Garantir a utilização por parte do Município para efeitos divulgação informativa, institucional e cultural, do espaço identificado no Anexo 1.
- n) Publicitar o Estabelecimento nos locais próprios em Portugal e no Estrangeiro, nomeadamente através da internet;
- o) Apresentar ao Município de Mortágua um relatório anual com o registo do cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.

#### **Clausula 10.ª**

##### **Resgate e transmissão**

1-A partir do primeiro ano contado desde a data da outorga do contrato, o Município de Mortágua terá o direito de resgate contra o pagamento de indemnização ao cessionário, calculada nos termos legais.

2-Os direitos de cessão operados por força do contrato não são transmissíveis, total ou parcialmente, a qualquer título, sem autorização prévia do Município de Mortágua, sendo nulos e de nenhum efeito os atos e contratos celebrados com infração do aqui previsto.

#### **Clausula 11.ª**

##### **Início e termo da exploração**

1-A exploração da actividade terá início no prazo máximo de 30 dias após a outorga do contrato.



2-A cessão de exploração cessa uma vez verificadas todas as condições contratuais que presidiram à sua execução.

3- Com o termo da cessão de exploração, o cessionário entregará ao Município de Mortágua as instalações os equipamentos e os bens móveis nela incluídos, no mínimo nas condições em que o conjunto lhe foi entregue na data da celebração do contrato escrito, incluindo todas as benfeitorias entretanto ali efetuadas, sem direito a qualquer indemnização.

#### **Clausula 12.ª**

##### **Alterações ou complementos à actividade**

Qualquer alteração ou complemento a atividade a desenvolver no Estabelecimento depende de autorização prévia do Município de Mortágua.

#### **Clausula 13.ª**

##### **Pagamentos**

1- Pela exploração do Estabelecimento, objeto do presente concurso, será efetuado o pagamento mensal ao Município de Mortágua , no valor da arrematação

3- A retribuição mensal referida no número anterior será atualizada anualmente, com efeitos a partir de janeiro, em função do valor da inflação verificada pelo Instituto Nacional de Estatística no ano anterior.

3- Os pagamentos deverão ser efetuados até ao oitavo dia do mês seguinte àquele a que diz respeito.

4- O pagamento deve ser efectuado mediante transferência bancária ou pagamento na Tesouraria da Câmara Municipal de Mortágua.

5- O primeiro pagamento tem lugar até ao oitavo dia do mês seguinte ao da assinatura do contrato.





6- Por cada dia de atraso no pagamento nos termos referidos no número supra, são aplicados, sobre o valor em dívida, juros de mora a uma taxa igual à Taxa Euribor acrescida de 3,5 pontos percentuais. A partir do 18.º dia de atraso o Município de Mortágua pode optar pela cessação da cessão de exploração.

#### **Clausula 14.ª**

##### **Seguros**

Para além dos seguros obrigatórios nos termos da legislação em vigor, o cessionário deve celebrar e manter em vigor, sem qualquer encargo para o Município de Mortágua, os seguintes seguros, válidos até ao fim da concessão:

- a) acidentes de trabalho, conforme legislação em vigor, cobrindo todo o pessoal ao seu serviço na execução da cessão;
- b) responsabilidade civil automóvel, conforme legislação em vigor, para todas as viaturas automóveis que sejam utilizadas no âmbito da cessão de exploração,
- c) responsabilidade civil de exploração, cujas garantias devem abranger danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros por atos ou omissões decorrentes da atividade inerente à exploração, incluindo os resultantes de operação de quaisquer máquinas e/ou equipamentos, e outros danos causados pelo pessoal ou pelas pessoas sob a sua direção;
- d) Seguro multirriscos para o estabelecimento, com cobertura específica para a estrutura do edifício, cheias, terremotos, incêndios, no valor mínimo de 250.000,00 €, e assegurar todas as despesas inerentes;
- e) seguro de acidentes pessoais.

#### **Clausula 15.ª**

##### **Pessoal**



- 1- São da exclusiva responsabilidade do cessionário todas as obrigações relativas ao pessoal empregado na exploração, à sua aptidão profissional e à sua disciplina, bem como ao cumprimento da legislação laboral.
- 2- O cessionário compromete-se a respeitar e fazer respeitar todas as normas vigentes em matéria de entrada, permanência e trabalho, permanente ou eventual e ainda que não remunerado, de trabalhadores estrangeiros em território nacional.
- 3- O cessionário é responsável por todos os encargos sociais e descontos estabelecidos na legislação em vigor, relativa ao pessoal que tiver ao seu serviço.
- 4- O cessionário obriga-se a ter patente, nas instalações da exploração, o horário de trabalho em vigor.
- 5- O cessionário deve ter sempre nas instalações da exploração, à disposição dos interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.
- 6- O cessionário, subcontratados e/ou tarefeiros são obrigados a pagar ao pessoal empregado na exploração, salários não inferiores à tabela de salários mínimos em vigor.
- 7- O cessionário é obrigado a manter a boa ordem no local da exploração e a retirar deste, sempre que lhe seja ordenado, o pessoal que o Município de Mortágua entender:
  - a) não possuir capacidade profissional e/ou cuja permanência no local julgue inconveniente para a disciplina e bom cumprimento das suas obrigações;
  - b) não cumprir as disposições legais em vigor, referentes à segurança e aos serviços médicos no trabalho.
- 8- O cessionário é obrigado a cumprir e fazer cumprir a legislação relativa à segurança, higiene e saúde no trabalho, incluindo sub-cessionários e trabalhadores independentes.

#### **Clausula 16.ª**

#### **Atos e direitos de terceiros. Perdas e danos**



---

1- O cessionário é o único responsável pelas indemnizações por perdas e danos e despesas resultantes de prejuízos pessoais, de doenças, de impedimentos permanentes e temporários ou morte, decorrentes ou relacionados com a execução da exploração; estas indemnizações e despesas abrangerão obrigatoriamente terceiros em atuação no local da exploração, incluindo o próprio Município de Mortágua.

2- O cessionário é o único responsável pela reparação e indemnização de todos os prejuízos sofridos por terceiros, incluindo o próprio Município de Mortágua, até à receção da exploração, designadamente os prejuízos materiais resultantes:

- a) da atuação do pessoal do cessionário ou dos seus subcontratados;
- b) do deficiente comportamento dos equipamentos;
- c) do impedimento de utilização.

3- O cessionário é o único responsável pela cobertura dos riscos resultantes de circunstâncias fortuitas e/ou imprevisíveis e de quaisquer outras, nomeadamente as decorrentes de cheias.

#### **Clausula 17.ª**

##### **Equipamentos e bens móveis**

1- O estabelecimento é entregue com os equipamentos e bens móveis, que são propriedade do Município de Mortágua, e que constam no Anexo 2 ao presente caderno de encargos.

2- Constituem encargos do cessionário os custos com a utilização dos equipamentos e bens móveis bem como todos os encargos com a manutenção e/ou substituição dos equipamentos existentes, manutenção e/ou melhoria nas instalações concessionadas, em tudo indispensável à boa execução da exploração.

3- No ato de entrega do espaço, será feito um inventário de todo o património existente, ficando o cessionário responsável pela sua conservação, manutenção e substituição, como referido, e como seu fiel depositário.



4- Quaisquer alterações de funcionamento do equipamento, devem ser previamente comunicadas ao Município de Mortágua para aprovação.

5- Qualquer dano que provoque inutilização de equipamentos e de bens móveis deve ser comunicado ao Município de Mortágua, acompanhada da justificação para a inutilização.

#### **Clausula 18.ª**

##### **Fiscalização**

1- O Município de Mortágua tem o direito de exercer a fiscalização da exploração, nomeadamente para verificar se o adjudicatário está a cumprir as condições da cessão de exploração.

2- Para o efeito do número anterior, o Município de Mortágua dará instruções ao cessionário, far-lhe-á avisos e notificações e praticará os demais atos necessários.

3- A exploração e o cessionário ficam também sujeitos à fiscalização que, em virtude de legislação especial, incumba a outras entidades.

4- A responsabilidade de todos os trabalhos/serviços incluídos na exploração, seja qual for o agente executor, é sempre do cessionário, salvo no caso de cessão da posição contratual, devidamente autorizada pelo Município de Mortágua, não reconhecendo o Município de Mortágua, senão para os efeitos indicados expressamente na lei, a existência de quaisquer subcontratados e/ou tarefeiros que trabalhem por conta ou em combinação com o cessionário.

#### **Clausula 19.ª**

##### **Suspensão da exploração**

1- O adjudicatário apenas pode suspender da exploração quando tal resulte de:

a) ordem ou autorização escrita do Município de Mortágua ou dos seus agentes ou de facto que lhes seja imputável;



b) caso de força maior.

2- No caso de suspensão nos termos da alínea b) da cláusula anterior, o cessionário deve comunicar ao Município de Mortágua, com a devida antecedência e mediante notificação judicial ou carta registada, indicando expressamente a alínea invocada.

3- O Município de Mortágua poderá suspender temporariamente a exploração, no todo ou em parte, sempre que circunstâncias especiais a impeçam em condições satisfatórias.

4- O Município de Mortágua poderá ordenar, sob sua responsabilidade, a imediata suspensão da exploração, sempre que houver perigo iminente ou prejuízos graves para o interesse público, mediante carta registada com aviso de recepção, podendo o cessionário reclamar por escrito no prazo de oito dias.

5- A exploração será reiniciada logo que cessem as causas que determinaram a sua suspensão temporária, devendo o cessionário ser notificado por carta registada com aviso de recepção.

#### **Clausula 20.ª**

##### **Rescisão do contrato**

1- Para além de outros fundamentos especialmente previstos na lei, o Município de Mortágua poderá rescindir unilateralmente o contrato caso se verifiquem as seguintes circunstâncias:

a) o funcionamento do estabelecimento, no todo ou em parte, sem as respetivas licenças, certificados ou autorizações;

b) a utilização de equipamentos não adequados ao tipo e categoria do estabelecimento objeto da cessão;

c) o encerramento injustificado do estabelecimento, total ou parcialmente, por período de 3 dias seguidos ou 5 interpolados, no mesmo ano civil;

d) o incumprimento das regras aplicáveis nas relações laborais com os trabalhadores, nos termos previstos no caderno de encargos;



e) o incumprimento das obrigações previstas na clausula 8.ª do presente caderno de encargos.

2- A rescisão opera-se por comunicação via correio registado com aviso de receção, e o adjudicatário deverá entregar o estabelecimento, completamente livre de pessoas e bens, excepcionados os bens e equipamentos pertencentes ao Município, no prazo máximo de 15 dias a contar da receção da comunicação, revertendo para o Município de Mortágua eventuais benfeitorias que hajam sido feitas no mesmo, salvo se o Município manifestar que as benfeitorias devam ser removidas, o que correrá a expensas do adjudicatário.

#### Cláusula 21ª

##### Prazo de Vigência do Contrato

- 1) O presente contrato produz efeitos à data da celebração do contrato.
- 2) O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser renovado por períodos iguais, em conformidade com os respetivos termos e condições constantes no presente caderno de encargos e respetivos anexos e no disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

#### Cláusula 22ª

##### Remuneração

A remuneração da entidade adjudicatária é efetuada, diretamente, através dos benefícios económicos obtidos em resultado da execução do contrato, configurados como contrapartidas das prestações contratuais que lhe incumbem, incluindo a exploração e utilização do bar e explanada da Praça 5 de Outubro, nos termos previstos no presente caderno de encargos e respetivos anexos e na proposta adjudicada.



---

## CAPITULO II

### Proposta e critério de adjudicação

#### Cláusula 23ª

##### Critério de adjudicação

A adjudicação será efetuada através de hasta pública e nos termos definidos no respetivo regulamento

#### Cláusula 24ª

##### Não adjudicação

As cláusulas de não adjudicação são previstas no nº 1 do artigo 79.º do Código dos Contratos Públicos e no regulamento da hasta pública

## CAPÍTULO III

### Obrigações da entidade adjudicatária

#### Cláusula 25ª

##### Obrigações Principais

- 1) A entidade adjudicatária obriga-se durante a vigência do contrato e a expensas suas, a manter o bar e esplanada em bom estado de conservação e perfeitas condições de utilização e de segurança, efetuando para tal as substituições, reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho do serviço, diligenciando para que o mesmo satisfaça plena e permanentemente o fim a que se destina, garantindo o cumprimento da legislação em vigor aplicável.



2) Sem prejuízo do referido no número anterior e de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a entidade adjudicatária as seguintes obrigações principais:

- a) Conhecer e analisar o objeto do procedimento, de acordo com os respetivos anexos;
- b) Assegurar a utilização pública das instalações sanitárias e a sua limpeza e manutenção;
- c) Suportar os encargos com o funcionamento do edifício, designadamente com energia elétrica, água, telefone, seguros, referentes à própria atividade, bem como outros inerentes à exploração dos edifícios.
- d) Executar todas as obras de reparação e conservação ordinária, bem como as benfeitorias que forem determinadas pelas entidades administrativas competentes, podendo a Câmara Municipal ordenar, precedendo vistoria técnica, as obras que forem consideradas necessárias à boa conservação das instalações;
- e) Solicitar à Câmara Municipal, mediante a apresentação de um pedido escrito (instruído com as peças escritas e/ou desenhadas suficientes e que comprovem a sua necessidade e as melhorias das condições de operação, manutenção e bom estado de conservação a que dizem respeito), autorização para a realização de quaisquer benfeitorias, de quaisquer alterações nos bens e na área sujeitos à exploração, bem como para a introdução de novos bens e/ou equipamentos;
- f) Assegurar que o bar funcione durante todo o ano, podendo encerrar apenas por um período de quinze dias úteis, fora da época de verão.

3) Para além das obrigações estabelecidas no número anterior, a entidade adjudicatária fica ainda obrigada a:

- a) Cumprir todas as obrigações decorrentes da proposta apresentada, desenvolvendo-as em moldes adequados e de qualidade;





- 
- b) Respeitar e fazer respeitar as regras de utilização do bar e explanada;
  - c) Promover a divulgação do Concelho, nomeadamente, na sua vertente turística, recreativa e cultural;
  - d) Não utilizar os espaços para atividades que não se enquadrem nas previstas no presente caderno de encargos;
  - e) Privilegiar a Câmara Municipal de Mortágua na realização de iniciativas, devendo ser efetuada por esta, a comunicação da pretensão com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias relativamente à data da respetiva realização;
  - f) Requerer, custear, obter e manter em vigor todas as licenças, certificações, credenciações e autorizações necessárias ao exercício das atividades integradas ou de algum modo relacionadas com o objeto do contrato, observando todos os requisitos que a tal sejam necessários;
  - g) Informar, de imediato, o Município de Mortágua no caso de qualquer das licenças a que se refere a alínea anterior lhe serem retiradas, caducarem, serem revogadas ou por qualquer motivo deixem de operar os seus efeitos, indicando, desde logo, que medidas tomou ou irá tomar para repor tais licenças em vigor;
  - h) Restituir o edifício no estado em que o recebeu, no termo do contrato, com todos os bens e direitos que integram o objeto de contrato, livres de quaisquer ónus ou encargos, obrigando-se a entidade adjudicatária, dentro de um prazo razoável fixado pelo Município de Mortágua, a entrega-los em bom estado de conservação e funcionamento, sem prejuízo do normal desgaste do seu uso.
- 4) A entidade adjudicatária poderá desenvolver atividades que estejam previstas no contrato (exemplo de mini-concertos, espetáculos de música ao vivo, ou outras atividades ao ar livre, desde que esteja salvaguardada a utilização pública do espaço envolvente), se



complementares ou acessórias das que constituem o objeto principal do contrato, desde que previamente autorizadas pela Câmara Municipal e demais entidades que sejam necessárias.

- 5) Qualquer solução díspar do previsto no presente caderno de encargos, e em casos tecnicamente defensáveis, deverá ser devidamente fundamentada e submetida à consideração da Câmara Municipal.
- 6) A entidade adjudicatária fica ainda obrigada, a título acessório, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à perfeita execução das tarefas e a cooperar com a Câmara Municipal na prestação das informações e na realização das reuniões necessárias e ao estabelecimento de um sistema de organização adequada à perfeita e completa execução das obrigações a seu cargo.
- 7) A entidade adjudicatária fica obrigada a respeitar o horário máximo de encerramento do bar às 22h00 (Vinte e duas horas) em horário de inverno e 01h00 (uma hora) em horário de verão.
- 8) A entidade adjudicatária fica obrigada a colocar o espaço em funcionamento 25 (vinte cinco) dias após a assinatura do contrato.

#### Cláusula 26ª

##### Dever de sigilo

- 1) A entidade adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Mortágua, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou no âmbito da execução do contrato.



- 
- 2) A informação e a documentação abrangidas pelo dever de sigilo não podem sere transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3) Excluem-se do dever de sigilo a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela entidade adjudicatária, ou que esta seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### CAPÍTULO IV

##### Caução

##### Cláusula 27ª

##### Caução

Como caução, o adjudicatário no final da hasta pública deverá entregar na Tesouraria ou através de transferência bancária, o valor correspondente a duas rendas mensais.

#### CAPÍTULO V

##### Obrigações do Município de Mortágua

##### Cláusula 28ª

##### Obrigações Gerais



---

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas Cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Município de Mortágua as seguintes obrigações gerais:

- a) Atribui à entidade adjudicatária o direito de utilização dos espaços objeto do contrato a celebrar, no respeito pelas respetivas especificações e condições;
- b) Colaborar com a entidade adjudicatária no sentido da boa, adequada e completa execução do contrato a celebrar;
- c) Assegurar o cumprimento de todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis e adotar os procedimentos adequados à reposição da legalidade / ou ao sancionamento dos infratores, no caso de violação dos regimes legais aplicáveis e da segurança e ordem públicas.

## CAPÍTULO VII

### Execução do Contrato, penalidades Contratuais e Resolução

#### Cláusula 29ª

##### Conformação da Relação Contratual

- 1) No âmbito da execução do contrato, o Município de Mortágua goza dos poderes de conformação da relação contratual conferidos pelos artigos 302º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.
- 2) Em especial, em matéria de fiscalização, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável, a Câmara Municipal tem o direito de aquilatar o cumprimento das condições contratuais pela entidade adjudicatária, podendo dar-lhe ordens, fazer-lhe avisos e notificações e praticar os demais atos necessários.



---

### Cláusula 30ª

#### Penalidades

- 1) Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Mortágua, pode exigir da entidade adjudicatária o pagamento, a título de pena pecuniária, de uma multa diária no montante de 10% do valor estimado para a manutenção do objeto de exploração, por cada dia de atraso ou incumprimento.
- 2) O valor acumulado das sanções pecuniárias não poderá exceder 20% valor estimado para a manutenção do objeto de exploração e quando este limite seja atingido e o Município de Mortágua decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%, de acordo com o definido pelo artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3) Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Mortágua deverá ter em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa da entidade adjudicatária e as consequências do incumprimento.
- 4) As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Mortágua exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento da entidade adjudicatária.

### Cláusula 31ª

#### Força Maior

- 1) Não podem ser impostas sanções à entidade adjudicatária, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer



---

das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2) Podem constituir casos de força maior, verificados os requisitos previstos no número anterior, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3) Não constituem casos de força maior, nomeadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratos da entidade adjudicatária, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da entidade adjudicatária ou a grupos de sociedades em que esta se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pela entidade adjudicatária de deveres ou ónus que sobre ela recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pela entidade adjudicatária de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações da entidade adjudicatária cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da entidade adjudicatária não devidas a sabotagem;



- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4) A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5) Quando uma das partes não aceite, por escrito, que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.
- 6) A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.
- 7) Sem prejuízo do disposto no número 1) da presente cláusula, caso a impossibilidade de execução do contrato, em resultado de caso de força maior, se prolongue por um período contínuo superior a 3 (três) meses, no caso do Município de Mortágua, ou a 1 (um) mês, no caso da entidade adjudicatária, qualquer das partes pode proceder à respetiva resolução, a exercer através dos meios previstos na alínea c) do artigo 330º do Código dos Contratos Público.

#### Cláusula 32ª

##### Resolução pelo Município de Mortágua

- 1) Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, nomeadamente os constantes do Código dos Contratos Públicos, o Município de Mortágua pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de a entidade adjudicatária violar de forma grave e reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, no âmbito do caderno de encargos e do contrato, mormente nos seguintes casos:
- a) Utilização abusiva do bar e espaço adjacente;



- 
- b) Prática de atos com dolo ou negligência que prejudiquem a qualidade das ações realizadas ou ponham em causa o bom nome e a credibilidade e prestígio do Município de Mortágua;
- c) Não cumprimento integral das condições e obrigações constantes do caderno de encargos ou do contrato;
- 2) O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada à entidade adjudicatária, com a indicação do fundamento da resolução.

#### Cláusula 33ª

##### Resolução pela Entidade Adjudicatária

- 1) A entidade adjudicatária pode resolver o contrato nas seguintes situações e com os fundamentos previstos no artigo 332º do Código dos Contratos Públicos.
- 2) A entidade adjudicatária pode resolver o contrato mediante o recurso à via judicial.

#### CAPÍTULO VIII

##### Seguros

#### Cláusula 34ª

##### Seguros

- 1) A entidade adjudicatária deve assegurar a existência e a manutenção em vigor das apólices de seguro necessárias para garantir uma efetiva e compreensiva cobertura dos riscos de exploração, bem como de apólices de seguro de acidentes pessoais para utentes e utilizadores, e demais apólices exigíveis na legislação em vigor aplicável referentes às atividades que venham a ser desenvolvidas no âmbito do cumprimento do contrato.





- 2) Constitui estrita obrigação da entidade adjudicatária a manutenção em vigor das apólices nomeadamente através do pagamento atempado dos respetivos prémios, pelo valor que lhe seja debitado pelas seguradoras.
- 3) A entidade adjudicatária fica obrigada a fazer prova das apólices de seguro realizadas, com uma antecedência mínima de 5 dias da data fixada para a abertura do bar, sem as quais a abertura do espaço não poderá ocorrer.

## CAPÍTULO IX

### Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

#### Cláusula 35ª

### Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

- 1) A subcontratação ou de cessão da posição contratual no decurso da execução do contrato carece de autorização, por escrito, do Município de Mortágua.
- 2) Nos casos de subcontratação, a entidade adjudicatária permanece integralmente responsável perante o Município de Mortágua pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, não implicando a transferência de responsabilidade para qualquer dos subcontratados.

## CAPÍTULO X

### Disposições Finais



---

#### Cláusula 36ª

##### Comunicações e Notificações

- 1) Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras, quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser feitas nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2) Qualquer alteração das informações do contrato deverá ser comunicada à outra parte.
- 3) Às datas das notificações e comunicações é aplicável o artigo 469.º do Código dos Contratos Públicos.

#### Cláusula 37ª

##### Contagem dos Prazos

- 1) A contagem dos prazos na fase de formação dos contratos obedece às seguintes regras:
  - a) Salvo estipulação expressa, os prazos contam-se nos termos do disposto no artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 5 de janeiro e não lhes é aplicável, em caso algum, o disposto no artigo 88.º do mesmo Código;
  - b) O prazo fixado para a apresentação das propostas é contínuo, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.



---

2) A contagem dos prazos na fase de execução do contrato obedece às seguintes regras:

- a) Não se inclui na contagem do prazo o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr;
- b) Salvo estipulação expressa, os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

**Cláusula 38ª**

**Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 39ª**

**Lei Aplicável**

Em tudo quanto estiver omissa no processo que constitui o presente procedimento, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação e demais legislação subsidiária, bem como, na parte aplicável, no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 1 de agosto.

Mortágua, 01 de Outubro 2018

O Presidente da Câmara

José Júlio Henriques Norte



## ANEXO II

### RELAÇÃO DO EQUIPAMENTO DO MUNICÍPIO ( clausula 17ª)

Designação	Quantidades
BALCÃO FRIGORÍFICO (marca FRINOX)  Constituído por: Construção em aço inox, tampo em granito, câmara refrigerada c/ prateleira Inox – dimensão 2400x800x1160mm	1
VITRINE FRIGORÍFICA PASTELARIA( marca FRINOX)  Constituído por: vidro frontal direito + reserva refrigerada, 2 prateleiras em vidro + portas de correr  Dimensão: 1500 x 800 x 1160mm	1
BANCADA EM AÇO INOX ( ESCAPARATE) Marca FRINOX  Constituída por: 1 tuiha p/ restos de café + linha 4 gavetas, 1 pio normal + portas de correr  Dimensões: 5000 x 600 x 850	1
HOTE INOX DE PAREDE ( apanha fumos)  Constituído por: Exaustor SKB 600 (marca S&P); 2 filtros em rede c/aro inox de 500 x 500 x 50	1
MÁQUINA DE LAVAR LOUÇA (copos) – marca DIHR 35  Constituído por: Bomba brilhante e Secante  Consumo de água por ciclo 1.4l  Ciclos de lavagem 120 S  Cesto de 350 x 350  Dimensão: 400 x 495 x 585mm (LxPxA)	1

I

Casa de banho  
de apoio

